



Dados do Transporte Aéreo de PNAE

VI Semana de Qualidade da Informação do Transporte Aéreo
Painel 8 – Relações de Consumo
São Paulo/SP, 30/11/2018

- Acessibilidade e Legislação aplicável
- Resolução ANAC nº 280/2013
- Histórico sobre o envio de dados pelas empresas aéreas
- Modelo de Informação do Transporte Aéreo de PNAE

- **Acessibilidade e Legislação aplicável**
- Resolução ANAC nº 280/2013
- Histórico sobre o envio de dados pelas empresas aéreas
- Modelo de Informação do Transporte Aéreo de PNAE

DECRETO Nº 6.949, de 25/08/2009

Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das **Pessoas com Deficiência** e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30/03/2007

Art. 31 – Estatística e coleta de dados estatísticos e de pesquisa

- Formular e implementar políticas
- Processo de coleta (proteção de dados e privacidade)
- Dados desagregados para identificar e enfrentar barreiras
- Disseminação das informações com acesso público

LEI Nº 13.146, de 06/07/2015 (LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO)

Institui a Lei Brasileira de Inclusão da **Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

- **ATENDIMENTO PRIORITÁRIO**
- **ACESSIBILIDADE NO TRANSPORTE**
- **GARANTIA DA SEGURANÇA**
- **ELIMINAR BARREIRAS**

LEI Nº 13.146, de 06/07/2015 (LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO)

Institui a Lei Brasileira de Inclusão da **Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

I – **acessibilidade**: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por **pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida**.

LEI Nº 13.146, de 06/07/2015 (LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO)

Institui a Lei Brasileira de Inclusão da **Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

IX – **pessoa com mobilidade reduzida**: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, **gerando redução efetiva da mobilidade**, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso.

LEI Nº 13.146, de 06/07/2015 (LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO)

Institui a Lei Brasileira de Inclusão da **Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

Art. 46. O direito ao transporte e à mobilidade da **pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida** será assegurado em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, por meio de **identificação e de eliminação de todos os obstáculos e barreiras ao seu acesso.**

§ 1º Para fins de acessibilidade aos serviços de transporte coletivo (...) e **aéreo**, (...) consideram-se como integrantes desses serviços os **veículos, os terminais, as estações, os pontos de parada, o sistema viário e a prestação do serviço.**

LEI Nº 13.146, de 06/07/2015 (LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO)

Institui a Lei Brasileira de Inclusão da **Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

Art. 48. Os veículos de transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo, as instalações, as estações, os portos e os terminais em operação no País devem ser acessíveis, de forma a garantir o seu uso por todas as pessoas.

- **Acessibilidade e Legislação aplicável**
- **Resolução ANAC nº 280/2013**
- **Histórico sobre o envio de dados pelas empresas aéreas**
- **Modelo de Informação do Transporte Aéreo de PNAE**

Dispõe sobre os procedimentos relativos à **ACESSIBILIDADE** de **PNAE – Passageiros com Necessidade de Assistência Especial** ao transporte aéreo.



Art. 37. Os operadores aéreos e aeroportuários devem **realizar e manter, por 2 (dois) anos, os registros dos atendimentos a PNAE,** para acompanhamento e controle estatístico, devendo ser cadastradas, conforme cada caso, as seguintes informações:

I - para **cada serviço** de transporte aéreo de PNAE **realizado**:

- a) data de realização;
- b) aeroportos de origem, destino e conexão;
- c) tipo(s) da(s) aeronave(s) que realizou(aram) o transporte;
- d) tipo(s) de atendimento(s) prestado(s), de acordo com os códigos do Anexo I desta Resolução;
- e) ajuda(s) técnica(s), equipamento(s) médico(s) ou demais equipamentos disponibilizado(s);
- f) realização ou não de comunicação prévia, nos termos do art. 9º ou do art. 21; e
- g) presença ou não de acompanhante e de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento;

Art. 37. Os operadores aéreos e aeroportuários devem **realizar e manter, por 2 (dois) anos, os registros dos atendimentos a PNAE,** para acompanhamento e controle estatístico, devendo ser cadastradas, conforme cada caso, as seguintes informações:

II - para **cada serviço** de transporte aéreo de PNAE solicitado e **não realizado**:

- a) data da solicitação do serviço; e
- b) motivo da recusa ou falha na prestação do serviço.

Art. 40. A ANAC pode solicitar, a qualquer tempo, as informações relacionadas aos arts. 35 a 38.

Resolução ANAC nº 280/2013

ANEXO I - CLASSIFICAÇÃO E CODIFICAÇÃO DE PASSAGEIROS QUE NECESSITAM DE ASSISTÊNCIA ESPECIAL

MEDA - Caso médico. Poderá ser exigida autorização e/ou acompanhamento médico. Não é aplicável a passageiros que somente necessitem de assistência especial no aeroporto e durante as operações de embarque e desembarque.

STCR - Passageiros transportados em maca.

WCHR - Cadeira de rodas – R para rampa. O passageiro pode subir e descer escadas e caminhar de e para seu assento, mas necessita de cadeira de rodas para se movimentar em distâncias maiores (por meio da rampa, da ponte de embarque, etc.).

WCHS - Cadeiras de rodas – S para degraus (steps). O passageiro não pode subir ou descer escadas, mas pode caminhar de e para seu assento, mas necessita de cadeira de rodas para se movimentar em distâncias maiores.

WCHC - Cadeira de rodas – C para assento de cabine. O passageiro que não consegue locomover-se. Necessita de cadeira de rodas para se movimentar até a aeronave e de e para seu assento e de equipamento adequado para proceder ao embarque e desembarque quando a aeronave estiver estacionada na rampa.

Resolução ANAC nº 280/2013

ANEXO I - CLASSIFICAÇÃO E CODIFICAÇÃO DE PASSAGEIROS QUE NECESSITAM DE ASSISTÊNCIA ESPECIAL

MAAS - (meet and assist) – casos especiais. Passageiros que requerem atenção especial individual durante as operações de embarque e desembarque que normalmente não é dispensada a outros passageiros. São os seguintes: gestantes, idosos, convalescentes, etc.

BLND - Passageiro com deficiência visual (especificar se acompanhado de cão treinado para seu auxílio).

DEAF - Passageiro com deficiência auditiva (especificar se acompanhado de cão treinado para seu auxílio).

INF - Criança de colo.

OXYG - Oxigênio para passageiros viajando, tanto sentado como em maca, que necessitam de oxigênio durante o voo.

WCBD - Cadeira de rodas movida à bateria seca.

WCBW - Cadeira de rodas movida à bateria molhada.

- **Acessibilidade e Legislação aplicável**
- **Resolução ANAC nº 280/2013**
- **Histórico sobre o envio de dados pelas empresas aéreas**
- **Modelo de Informação do Transporte Aéreo de PNAE**



Histórico sobre o envio de dados pelas empresas aéreas

Ofício nº 2.911/2014 – TUTELA COLETIVA – 9º OFÍCIO/ACB –
Procuradoria Foz de Iguaçu – MPF/PR – 16/12/2014

Passageira carregada no colo durante o embarque

Ofício Circular nº 03/2015/GCON/SAS, de 18/12/2015

- Dados: PNAE pagantes e não pagantes (agregados)
- Período: Janeiro/2014 a Dezembro/2015 (Bianual)
- Formato: Excel (sem padronização)



Histórico sobre o envio de dados pelas empresas aéreas

Ofício Circular nº 02/2016/GCON/SAS/ANAC, de 13/04/2016

- Dados: Atendimento ao PNAE (agregados) e Treinamento de equipes
- Período: Janeiro a Março e Abril a Junho/2016 (Trimestral)
- Formato: Formulários Anexos como modelo para o envio das informações

Ofício nº 7.727/2016 – AA PRDF/MPF/DF – 27/09/2016

Procuradoria da República do Distrito Federal

Possível descumprimento de regras no Aeroporto de Brasília

Ofício Circular nº 1 (SEI)/2016/GCON/SAS-ANAC, de 26/10/2016

- Dados: Atendimento ao PNAE (segregados) – Demanda Especial MPF/DF
- Período: Janeiro a Dezembro/2016 (Anual)
- Formato: Formulário Anexo



Histórico sobre o envio de dados pelas empresas aéreas

Ofício Circular nº 4(SEI)/2017/GCON/SAS-ANAC, de 11/08/2017

- Dados: Atendimento (agregados)
- Período: Janeiro a Junho/2017 (Semestral)
- Formato: Formulário Anexo

Ofício Circular nº 2/2018/GCON/SAS-ANAC, de 27/02/2018

- Dados: Atendimento ao PNAE (segregados)
- Período: Julho a Dezembro/2017 (Semestral)
- Formato: Idem ao modelo do Ofício nº 1 (SEI)/2016/GCON/SAS-ANAC, de 26/10/2016



Histórico sobre o envio de dados pelas empresas aéreas

Ofício Circular nº 11/2018/GCON/SAS-ANAC, de 09/07/2018

- Agendamento de Reunião por Vídeo Conferência
- Aprimorar monitoramento
- Definir novo modelo de envio de dados

Vídeo Conferência em Brasília – São Paulo em 14/08/2018

- Apresentação de novo modelo de envio de dados de PNAE
- Proposta de inclusão de empresas estrangeiras

- **Acessibilidade e Legislação aplicável**
- **Resolução ANAC nº 280/2013**
- **Histórico sobre o envio de dados pelas empresas aéreas**
- **Modelo de Informação do Transporte Aéreo de PNAE**

Modelo de Informação do Transporte Aéreo de PNAE

Vídeo Conferência em Brasília – São Paulo em 14/08/2018

- Arquivo formato texto, codificação ANSI, campos separados por ponto e vírgula (;), extensão “.csv”;
- Somente voos com origem ou destino (inclusive conexão) no Brasil;
- Um atendimento por linha;
- Se houver voo com conexão que envolva troca de aeronave (desembarque e embarque adicionais), os atendimentos devem ser em linhas separadas usando o mesmo identificador de passagem, mas discriminando com número de etapa;
- No caso de mais de um atendimento para mesmo passageiro, separar os atendimentos com underline (_). Exemplo: WCHR_BLND_DEAF.

Modelo de Informação do Transporte Aéreo de PNAE

Vídeo Conferência em Brasília – São Paulo em 14/08/2018

Coluna	Descrição	Instruções de preenchimento	Exemplo
1	Identificador único da passagem	Código único	789456123
2	Data	Data da realização em formato YYYYMMDD	20180814
3	Origem	Designador ICAO de 4 caracteres do aeroporto de origem (ou de conexão)	SBBR
4	Destino	Designador ICAO de 4 caracteres do aeroporto de destino (ou de conexão)	SBGR
5	Identificador de etapa de voo com desembarque	Sequência 1, 2, 3...	1
6	Assistência	Codificação de assistência segundo o Anexo 1 à Res. 280/2013	BLND
7	Tipo aeronave	Tipo de aeronave padronizado pela empresa	E190
8	Comunicação prévia pax	S ou N	S
9	Comunicação prévia aeroporto	S ou N	S
10	Acompanhante ou cão-guia	S ou N	N



Modelo de Informação do Transporte Aéreo de PNAE

Vídeo Conferência em Brasília – São Paulo em 14/08/2018

Exemplo de arquivo EBA20180814.csv:

```
789456123;20170924;SBBR;SBSV;1;WCHR_BLND;E190;S;S;S  
456123789;20171224;SBBR;SBGR;1;WCHS;B737;S;N;N  
456123789;20171225;SBGR;KMIA;2;WCHS;A332;S;S;N
```

Modelo de Informação do Transporte Aéreo de PNAE

Próximos Passos ...

- Estudo sobre o objetivo e a utilidade dos dados (empresas aéreas e outras unidades da ANAC)
- Regulamentação da coleta
 - ✓ Estabelecer a obrigação
 - ✓ Objeto e Abrangência
 - ✓ Periodicidade e prazo
 - ✓ Modelo de informação
 - ✓ Forma de remessa
 - ✓ Forma de fiscalização da consistência e tempestividade
- Prazo para a primeira remessa
- Possibilidade de remessa retroativa

Obrigada

Fernanda Simões Barros

Especialista em Regulação

Gerência de Regulação das Relações de Consumo

Superintendência de Acompanhamento de Serviços Aéreos

E-mail: gcon.sas@anac.gov.br

Telefone: (61) 3314.4399